

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.468.923 - DF (2019/0074484-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**EMBARGANTE** : SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS  
BANCÁRIOS E FINANCIARIOS DE BAURU E REGIÃO  
**ADVOGADO** : JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO - DF001441A  
**ADVOGADOS** : CAMILLA LOUISE GALDINO CÂNDIDO - DF028404  
KARINA BALDUINO LEITE - DF029451  
**EMBARGADO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : SEVERINO DO RAMO CHAVES DE LIMA E OUTRO(S) - PB008301  
DEUSA MAURA SANTOS FASSINA E OUTRO(S) - SP164146  
**EMBARGADO** : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL  
**ADVOGADOS** : LUÍS HENRIQUE DE LEMOS CORREIA DE ARAUJO E OUTRO(S) -  
RJ146124  
MARCIO DE OLIVEIRA GOTTARDO E OUTRO(S) - RJ135679

## EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO INEXISTENTE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

## DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financeiros de Bauru e Região à decisão monocrática de fls. 1.683-1.686 (e-STJ), na qual esta relatoria conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial.

Em suas razões recursais (e-STJ, fls. 1.688-1.690), argui o embargante a existência de omissão na decisão unipessoal.

Impugnações às fls. 1.694-1.697 e 1.698-1.708 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Os embargos de declaração constituem modo de impugnação à decisão judicial de fundamentação vinculada, sendo apenas cabíveis nas hipóteses previstas no art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, quais sejam, a omissão, a obscuridade e contradição, bem como para sanar erro material.

O recurso em comento visa unicamente aperfeiçoar as decisões judiciais, de

modo a prestar a tutela jurisdicional de forma clara e completa, não tendo por finalidade revisar ou anular decisões. Apenas, excepcionalmente, ante o aclaramento de obscuridade, desfazimento de contradição ou supressão de omissão, prestam-se os aclaratórios a modificar o julgado.

A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO. REQUISITOS PARA PERCEPÇÃO. ART. 56, INCISO III, §§ 4 E 5º, DA LEI 11.907/09. AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO. IMPERTINÊNCIA DOS DISPOSITIVOS LEGAIS APONTADOS COMO VIOLADOS. INCAPACIDADE DE INFIRMAR O ARESTO RECORRIDO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTO NÃO COMBATIDO. SÚMULA 283/STF. SÚMULA 126/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES PREVISTAS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. PRETENSÃO DE REEXAME E ADOÇÃO DE TESE DISTINTA.

1. Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração são cabíveis para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual se deveria pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento e/ou corrigir erro material.

2. Não são cabíveis os embargos de declaração cujo objetivo é ver reexaminada e decidida a controvérsia de acordo com tese distinta.

3. O acórdão embargado foi categórico ao afirmar que o Tribunal a quo, ao entender pela necessidade de regulamentação da Lei 11.907/2009 para a concessão da Gratificação de Qualificação aos detentores de curso de graduação, não analisou a tese de que a regulamentação da matéria está prevista na LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

4. Também não discutiu a instância de origem o preenchimento pelo autor dos requisitos previstos no art. 56, inciso III, §§ 4 e 5º, da Lei 11.907/09 para a concessão da Gratificação de Qualificação, porquanto considerou aquele Tribunal que o pagamento da vantagem estava condicionado à regulamentação pelo Executivo, conforme expresso no § 6º do mesmo dispositivo legal, o que ocorreu apenas em fevereiro de 2013.

5. Os artigos de lei apontados como violados são considerados impertinentes quando não possuem comandos legais suficientes para afastar a tese adotada no acórdão regional.

6. Não foi rebatido (Súmula 283/STF), tampouco impugnado por meio de recurso extraordinário (Súmula 126/STJ), o fundamento da Corte de origem, no sentido de que o poder regulamentar "trata-se de verdadeira prerrogativa da Administração Pública a definição desses critérios, e o Poder Judiciário não pode vir substituir a vontade da Administração. Assim, a sentença vergastada, ao fazê-lo, de fato viola a separação de Poderes." (fl. 292, e-STJ).

Embargos de declaração acolhidos sem efeitos modificativos.

# *Superior Tribunal de Justiça*

(EDcl no AgInt no REsp 1589590/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/08/2016, DJe 23/08/2016).

Na hipótese dos autos, o insurgente alega a existência de omissão no *decisum*, sustentando que foi desconsiderado o trecho do recurso especial em que teria havido o combate aos fundamentos do acórdão recorrido.

O trecho do recurso considerado omitido é o seguinte:

"Contudo, a conduta adotada pela Ré e estimulada pela PREVIC deve ser coibida, de forma que persiste o interesse na declaração de inconstitucionalidade da Resolução nº 26/2008 e pedido de reversão das consequências dessa medida."

Ora, tal trecho do recurso especial não se mostra apto a impugnar os fundamentos do acórdão (que a consulta que visava impedir já havia sido realizada e que o repasse de verba que se buscava impedir foi suspenso).

Assim, não existe a alegada omissão.

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 04 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator